

Escala móvel e indicadores de preços no Brasil

IGNÁCIO M. RANGEL

Consultado, em 1963, pelo presidente João Goulart, sobre a conveniência de criar-se um indicador de preços próprio para a correção salarial, isto é, que tomasse na devida conta os itens de consumo mais representativos da "cesta" dos trabalhadores de mais baixa renda, isto é, adequado para a implantação da "escala móvel", como então dizíamos, fui de parecer que simplesmente usássemos o Índice Geral de Preços (col. 2) da Fundação Getúlio Vargas, como o mais representativo dos indicadores criados por aquela instituição. Justificando meu parecer, disse que nossa inflação era virtualmente "neutra", isto é, somente por prazos muito curtos afetava os preços relativos. Com as sabidas exceções "políticas", exemplificadas pelo câmbio, pelos preços dos produtos das empresas públicas, etc.

No espírito do chefe do governo meu parecer deve ter sido contrariado por outros pareceres, porque o assunto permaneceu em aberto até que, há pouco mais de três anos, foi criado, afinal, o indicador ad hoc no qual se pensava há vinte anos e mais. Refiro-me ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) que a tanto alarde deu motivo recentemente. Ora, comparando-se esse indicador, de menos de 40 meses de implantação, com o IGP verifica-se que, como eu o dizia há duas décadas, sua existência não se justifica. Com efeito, no período de janeiro de 1980 a janeiro de 1983, o INPC registra uma elevação mensal de preços de 5,829% contra os 6,065% do IGP, isto é, 4,05% a menos.

Entretanto, se desdobramos o triênio em "tranches" anuais temos para o primeiro ano (jan 80-jan 81) as variações mensais médias de 6,327/5,727%, respectivamente, isto é, o importante diferencial a menos, para o INPC de 10,5%; mas, já no segundo ano (jan 81-jan 82) esse diferencial cai a 1,2% (5,709/5,641); no terceiro ano (jan 82-jan 83), cai mais ainda, isto é, apenas 0,7% (6,160/6,117). A esta altura os dois indicadores se parecem como duas gotas d'água.

Eu não ignorava que nos anos 50 a cena política francesa fora sacudida, muitas vezes, por lutas centradas em dois indicadores: o oficial, baseado em 150 produtos, e o sindical, em 250. Conhecendo nossa experiência, sempre suspeito de que isso fossem tempestades em copo d'água. Mera suspeita, porque a realidade francesa, tão diferente da nossa, sob outros pontos de vista, bem poderia sê-lo sob este. Mas, quanto ao Brasil, continuo a achar que meu parecer de 1963 era válido.

Como disse em meu livro ("A Inflação Brasileira", de 1963) o papel fundamental da inflação não está na mudança dos preços relativos, mas na penalização da preferência pela liquidez, que é função do Índice Geral. E, com pequena defasagem, todos os preços específicos (salvo, notória e legitimamente, os "políticos") seguem a tendência geral.

Assim, um indicador ad hoc somente se justificaria na medida em que estivesse seguidamente mudando a "cesta" básica, o que é uma proposição politicamente indigesta, porque não há casuismo que impeça que as forças constitutivas do dispositivo de sustentação do governo acabem por ser afetadas negativamente.

Isto posto, nada mais irracional do que manter-se um indicador incômodo e inútil — porque acaba chovendo no molhado. Uma discrepância da ordem indicada não informa nem esclarece coisa alguma.

Ignácio M. Rangel é economista presidente do Conselho Regional de Economia (RJ) e autor de vários livros.